

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ANGOLA: ANÁLISE DE UM DESENVOLVIMENTO AFRICANO

Karina de Moura Costa
0016518-1

Orientador: Maurício Cortez Reis
Eliane Gotlieb

INTRODUÇÃO

A África é uma região do mundo bastante peculiar. Vários estudos foram realizados com a finalidade de entender a causa dos problemas africanos e como melhorá-los. Como, *Low Investment is not the Constraint on African Development*, de Devajaran, Easterly e Pack (2002); *Globalization, Poverty, and Inequality since 1980*, de Dollar (2004); *Is inequality in Africa really different?*, de Milanovic(2003).

Para entender porque a África é um dos continentes mais pobres do mundo, estudos observaram as relações de variáveis econômicas no crescimento dos países, utilizando regressões e análises de outros pesquisadores.

O modelo de crescimento neoclássico percebeu que entre países semelhantes existe uma *Convergência Condicional*. Com isso foi possível entender porque países inicialmente mais pobres cresciam mais que os mais ricos, dados todos os outros parâmetros constantes.

Quando esse resultado foi aplicado nos países da África Sub-Saariana, com taxas de crescimento do PNB de 1961-1999 e o PNB per capita em inicial, verificou-se que não há uma convergência condicional linear entre essas economias.

Estudos de Jones (2002) argumentaram que a não convergência pode ser explicada pela diferença de equilíbrios de longo prazo entre os países, o que poderia ser o caso africano. No entanto, essa afirmação conduz ao entendimento de que os países sub-saarianos da África não têm parâmetros semelhantes, e com isso não são homogêneos.

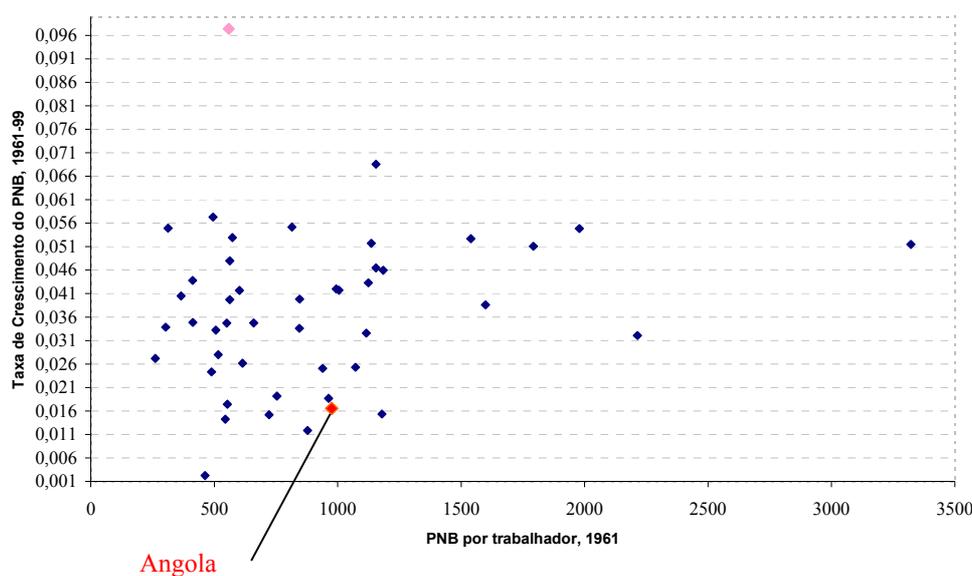
Ao analisar os países africanos individualmente, percebe-se a existência de algumas economias com indicadores econômicos muito bons. Seychelles é considerada pela UNDP, como um país de alto desenvolvimento humano, com um IDH igual ao da Argentina. Segundo dados do Banco Mundial entre 1988-1998, o PNB per capita médio de Equatorial Guinea cresceu a taxas de 9,8% em dez anos. Botswana é uma economia estável, com instituições fortes e eficientes, sendo inclusive classificada por Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) como um sucesso africano.

Contudo os indicadores econômicos da África são os piores do mundo. Segundo relatório de 2004 do Banco Mundial, o continente africano cresceu desde 2001, a taxas médias de 3,1%, enquanto que o sul da Ásia cresceu 4,5%. Depois da América Latina e

Caribe, que cresceu a 1,2%, a África tem o menor crescimento regional do mundo. Segundo dados da UNDP entre 2001-2004, o PNB per capita da África Sub-Saariana é de US\$ 469, enquanto que o Sul da Ásia é de US\$ 514, e o Leste Asiático e Pacífico é de US\$ 1351.

Por isso ao constatar a existência de economias mais desenvolvidas na África, espera-se que o atraso econômico seja predominante na maioria dos países africanos.

Convergência na África, 1961-99



Angola é um dos países sub-saarianos que mais cresceu. Segundo projeções do relatório do FMI - *Sub-Saharan Africa Regional Economic Outlook* (2004), apresenta um incremento médio de 5,4%, entre 1997-2004, e PNB per capita de US\$ 857, que é acima da média sub-saariana.

Ex-colônia portuguesa, Angola é um país rico em petróleo e diamantes. Depois da Amazônia, possui a segunda maior reserva florestal do mundo. Tem o dobro do tamanho da França. Foi durante a década de setenta o quarto maior produtor de café. Apresenta com isso, algumas características semelhantes à economia brasileira.

Contudo a economia de Angola é pobre em relação ao mundo e seus indicadores sociais são, em grande parte, piores do que a média da África.

O objetivo desse trabalho é analisar o desenvolvimento de Angola e os entraves para o seu crescimento econômico. Utilizando como base, trabalhos de Lucas (1988), Paul Romer (1990), Nelson e Phelps (1966), Bils e Klenow (1996), North e Davis (1971), Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), Sala-i-Martin(1995) (1997), Milanovic (2003), Alesina e Rodrik(1994), Persson e Tabellini(1994) e Easterly e Levine (1997).

O primeiro capítulo descreve a estrutura dessa pesquisa. O segundo capítulo testa os resultados da literatura na economia angolana, olhando para as variáveis que explicam o crescimento. E por último a conclusão dessa pesquisa.

BASE DA PESQUISA: RESULTADOS DA LITERATURA

No estudo do desenvolvimento sócio-econômico, diversos modelos foram elaborados visando explicar o crescimento do PNB dos países. Alguns foram escolhidos para serem a base teórica desse trabalho.

O modelo de Solow (1956) é o fundamento de muitos modelos de crescimento atuais. Dentro dessa análise, países inicialmente mais pobres, tendem a crescer mais que os mais ricos, dado que todos os outros parâmetros permaneçam iguais.

Lucas (1988) desenvolveu outro modelo de crescimento. O autor defendeu que o capital humano não só explicava a diferença de renda entre os países, como também influenciava as taxas de crescimento per capita. Segundo Lucas, um aumento do capital humano de uma economia, alavancará um incremento na taxa de crescimento de seu produto.

Posteriormente Paul Romer (1990) introduziu a variável tecnologia para explicar o crescimento dos países. Concluiu que um incremento tecnológico contribui positivamente para o crescimento do PNB.

Nelson e Phelps (1966), e Bils e Klenow (1996) acrescentaram ao modelo de Romer a questão da transferência tecnológica entre as economias. Os autores constataram que a exportação de tecnologia dos países mais desenvolvidos para os menores, ampliou o crescimento das economias importadoras.

Paul Romer (1990) verificou através de seu modelo, que o progresso tecnológico está diretamente relacionado com a formação de novas idéias. Dentro de sua análise, quanto mais investimento em pesquisa e desenvolvimento um país tiver, maior será sua chance em criar inovações.

Com as inovações, as instituições presentes na economia passaram a ter um papel fundamental. Com custos iniciais altos, as pesquisas precisavam de incentivo para serem financiadas. O direito de propriedade privada, através das patentes, permitiu aos inventores ganharem lucros com o desenvolvimento de novas idéias. Assim, o direito de propriedade privada contribuiu para o crescimento econômico dos países que investiram em pesquisa.

North e Davis (1971), Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) classificaram em suas pesquisas que as instituições são o alicerce do desenvolvimento sustentável. Segundo os autores, elas explicam a diferença de renda entre os países. Defenderam nos seus trabalhos a necessidade de garantias do direito de propriedade privada, de um sistema regulatório e judiciário que limitasse ações deturpadoras do desenvolvimento saudável das economias.

Alguns autores como Sala-i-Martin (1997), Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), Milanovic (2003) observaram que a questão da colonização ibérica influenciou negativamente no desenvolvimento. Entenderam que as instituições criadas por Portugal e Espanha fomentaram um crescimento desequilibrado e instável. Suas colônias herdaram esse mal. Segundo Sala-i-Martin, as instituições ibéricas respondem parte do subdesenvolvimento latino-americano. Sala-i-Martin (1995) afirma que essa variável é positiva e significativamente correlacionada com a inflação das ex-colônias ibéricas.

Sala-i-Martin (1995) analisou diversas variáveis e demonstrou no seu trabalho que a educação, a expectativa de vida e o investimento, contribuíram positivamente para o crescimento. E os gastos do governo não direcionados para a defesa e educação, foram negativamente relacionados ao crescimento.

Alesina e Rodrik (1994), Persson e Tabellini (1994) mostraram que a desigualdade é um obstáculo para o crescimento. Explicaram que os interesses para políticas de redistribuição de renda são maiores para os indivíduos mais pobres, e menores para os mais ricos. Políticas de redistribuição de renda colaboram para que sejam cobradas no país alíquotas maiores que as desejadas pelo nível de renda média. O resultado é um desincentivo à poupança. Os estudos concluíram que a desigualdade corrobora a uma redução do crescimento no longo prazo.

Milanovic (2003) elaborou uma pesquisa sobre as variáveis que determinavam a desigualdade na África. Utilizou uma forma estatística similar à de Gradstein, Milanovic e Ying (2001) e Li, Squire e Zou (1988). Analisou variáveis como o crescimento do PNB per capita, nível de democracia, a fragmentação étnico-religiosa, uma dummy para o sistema político (presidencialista, *assembly-elected president* ou parlamentarista), uma

dummy regional (África, Ásia, América Latina e Caribe, Europa Oriental e ex-URSS) e o nível de dependência na exportação de bens commodities.

Numa amostra com todos os países do mundo, verificou que o sistema presidencialista, a dummy regional, e a fragmentação étnica aumentam a desigualdade. Segundo Milanovic, o efeito da fragmentação étnico-religiosa na desigualdade pode ser reduzido através do aumento dos níveis de renda e dos níveis de democracia. Diante dessa análise o autor concluiu que o problema central da África estava no baixo nível de renda e de democracia.

A variável dependência na exportação de bens commodities tem dois efeitos distintos. A média dependência na exportação de bens commodities influencia a desigualdade positivamente. Enquanto que a alta dependência na exportação de bens commodities diminui a desigualdade. Esse resultado contradiz o observado por Easterly (2002).

Numa segunda observação, Milanovic testou apenas os países africanos e constatou alguns resultados diferentes. O sistema parlamentar na África contribui mais para a desigualdade do que o presidencialista. A fragmentação religiosa influencia negativamente a desigualdade. E assim como no resto do mundo, a fragmentação étnica africana é positivamente relacionada com a desigualdade, contudo esse efeito não é reduzido com aumentos do nível de renda e de democracia.

Depois de realizar as duas pesquisas, Milanovic concluiu que a questão étnico-religiosa é freqüentemente um caso sui generis. Seu efeito com a desigualdade, nível de renda e outras variáveis associadas são melhor entendidos através de uma estudo individual.

Easterly e Levine (1997) analisaram a associação da fragmentação étnica com o crescimento econômico. Concluíram que a fragmentação étnica amplifica conflitos sociais, e com isso, contribuem na redução do crescimento econômico.

Em outros estudos, Easterly e Levine (1995) alegaram que os países africanos apresentam performances de desenvolvimento muito lentas, com uma tendência ao decréscimo. Muitos desses países são armadilhas de pobreza, onde nem mesmo um investimento, ou ajuda externa, seria significativo para a ampliação do nível de renda dessa economia. Easterly e Levine concluíram que uma integração regional visando o

crescimento mútuo, seria a única ferramenta para saltos quantitativos no produto dos países africanos.

Percebe-se com a pesquisa de Easterly e Levine, a inserção da economia internacional para resolver questões de desenvolvimento econômico.

Com base nesses ensinamentos da literatura, o desenvolvimento de Angola será analisado a seguir.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Análise das Instituições

Muitos estudos enfiavam ao fracasso as economias africanas. Alguns classificaram o continente como uma grande armadilha de pobreza, como Easterly e Levine em *Africa's Growth Tragedy*.

Acemoglu, Johnson e Robinson em *An African Success Story: Botswana* introduziram Botswana como o contra exemplo dessas análises. Segundo os autores, seu êxito emergiu das pré-condições sociais e políticas que existiam no território, incluindo as boas instituições e políticas fiscais eficientes.

Depois de ler os dois artigos uma pergunta torna-se eminente: seria Botswana a única exceção ao fracasso sócio-econômico africano? Ao analisar os últimos resultados da África Sub-Saariana a impressão é que não. Alguns países são certamente pérolas africanas.

A primeira análise será construída dentro da percepção teórica de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001). Através da conjuntura histórica colheram os modelos institucionais e as ações políticas implementadas por Botswana. Seus reflexos impactaram fortemente no desenvolvimento.

Ao testarem os efeitos das instituições no crescimento da renda per capita, verificaram uma grande correlação entre eles. Segundo os autores, a diferença da renda per capita entre as nações pode ser explicada pela estrutura institucional dos Estados.

Basearam-se em duas hipóteses para o surgimento de instituições eficientes. A primeira referiu-se ao tipo de colonização vivenciada no país. A segunda, ao crescimento demográfico.

No período pré-colonial angolano existiram basicamente dois grupos sociais, a elite e as tribos. As decisões foram tomadas completamente a favor dos grupos dominantes. Não havia instituições que limitassem o poder da elite. Acirrando num cenário de *political losers*, onde os grupos de interesse temiam mudanças e almejam o *status quo* do sistema.

A desigualdade foi intensificada pela sua grande população pobre. Entre as tribos havia isolamento e hostilidade. O resultado era uma frágil organização social.

Diante do contexto apresentado é de se esperar que a sociedade vivesse a mercê dos decisores políticos, alguns indivíduos eventualmente eram capturados e vendidos como escravos, o que se estendeu no período colonial.

Percebe-se que pela primeira hipótese, a colonização angolana não contribuiu para a formação de boas instituições. Em relação à segunda, o quadro demográfico favoreceu amplamente a exploração do trabalho, barrando o desenvolvimento de instituições que assegurassem direitos de propriedade privada. Além do mais, a extensa população criava um ambiente hostil para a civilização europeia, que ao invés de povoar, explorava esses territórios. Visando estender o escopo de observação do estudo, o contexto histórico econômico de Angola é apresentado a seguir.

Angola, uma Breve Verificação Histórico-Econômica

No século XIII o continente africano era basicamente dividido por dois reinos; *Bakongo* e *Ndongo*. O primeiro abrange o atual Congo e áreas adjacentes, sua economia era basicamente agrícola e principiante da atividade extrativa mineral. O rei e as elites; chamadas de *Mani*; dominavam o poder. Os *Mani* governavam as terras do reino.

O segundo reino era hierarquicamente inferior e representa hoje o território de Angola, seu rei era conhecido como *Ngola*.

Em 1482 os portugueses embarcaram na África. As relações entre Portugal e o reino de Bakongo foram amistosas. Portugal levou armas e o catolicismo, em contrapartida o rei ofertou-lhe escravos, marfim e mineiras.

Muito influenciado pela cultura do velho mundo, o rei de Bakongo logo se tornou adepto ao catolicismo e aspirante do estilo político europeu na África Central. Os contrários a essa postura foram decapitados ou fortemente oprimidos.

O comércio de escravos começou a criar conflitos entre os reinos africanos, então em 1526 o rei de Bakongo tentou eliminá-lo. Passou-se um século e meio de resistência africana, até que na batalha de Ambula os portugueses tomaram conta desse reino. Apesar dos descontentamentos seculares sofridos na África portuguesa, a opressão implacável da cultura africana ocorreu após meados de 1951, quando passou de colônia para província ultramarina.

O efeito do período colonial sobre Angola foi avassalador. Os resultados para o período pós-colonial foi a projeção de uma sociedade oprimida, sem um aparato político centralizador, com imensa pobreza, baixa nível de infra-estrutura, e um ambiente revolucionário interno. Pela falta de instituições adequadas, os habitantes de Angola não possuíam direito a propriedade privada, os grupos internos lutavam contra si, tornando um ambiente excessivamente hostil. A descentralização política tornava as instituições coloniais frágeis.

A repressão criou ambiente para revoltas. Surgindo o Movimento popular para Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e posteriormente, de uma facção desse último grupo, nasceu a União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA).

Além dos diamantes, Angola é rica em cobre, magnésio, ouro, gás natural e petróleo. Contudo, no início do extrativismo, seus direitos não foram assegurados, o que alavancou em um cenário livre para o alcance do poder, com disputas políticas e formação de grupos de interesse.

A partir de 1974 surgiram revoluções políticas em Portugal, o império colonial caiu do poder. No ano seguinte, um acordo entre a colônia e metrópole para a instituição de um governo transitório, acabou incrementando as revoltas angolanas. Os três partidos brigavam entre si em prol do poder.

No contexto da Guerra Fria, EUA e o regime Apartheid da África do Sul apoiavam a UNITA e FNLA. Enquanto a ex-União Soviética e Cuba enviavam materiais bélicos e tropas de combate para lutarem a favor do MPLA. A emancipação política angolana ocorreu em novembro de 1975, e o MPLA ocupou a presidência, com muita insatisfação política, quando se iniciou uma guerra civil.

MPLA e UNITA tentaram negociação. Algumas mudanças foram percebidas, o Comitê Central passou de comunista para social-democrata, um sistema multipartidário foi instituído, uma nova legislação permitiu a liberdade de expressão, a criação de ONG's e associações. O direito à propriedade privada e investimentos estrangeiros tornou-se garantias do país.

As primeiras eleições ocorreram em 1992, com a participação de 91% dos habitantes, o MPLA foi eleito no Parlamento e na Presidência da República. UNITA não se contentou e as revoltas permaneceram.

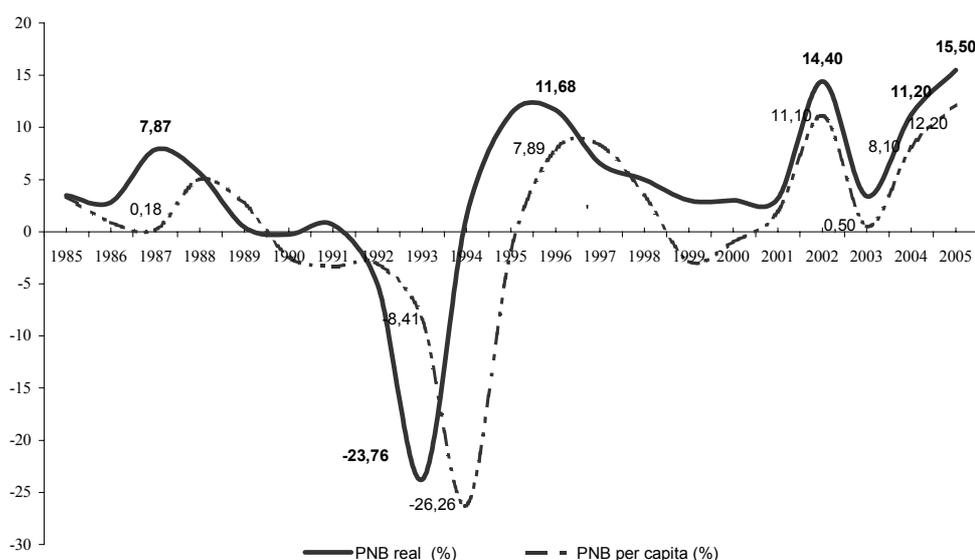
UNITA e MPLA finalmente assinaram acordo de paz, *Lusaka Protocol* em 1994. Posteriormente UNITA foi integrada em alguns cargos do Ministério do governo. A vice-presidência de Angola foi oferecida ao presidente da UNITA. Em 2002 o Ministro da Defesa declarou o fim oficial da guerra.

Há uma divergência de opiniões sobre quando a guerra realmente acabou entre 1994 e 2002; alguns defendem a vitória do MPLA, outros a desistência da UNITA. O fato é que o MPLA foi, em todo o processo, uma força muito mais organizada e coesa. O atual Presidente da Angola lutou nessa guerrilha dentro desse partido.

O desenvolvimento do país foi violentamente interrompido, com a perda de capital humano, destruição de infra-estruturas produtivas, instabilidade monetária e cambial, inflação de mais de 1000% ano, gastos do governo em compras militares comprometeram o orçamento do governo. Com a recessão da economia, o produto chegou a cair aproximadamente 24%.

Fonte: Banco Mundial, 2004

Angola: Crescimento do Produto real e do Produto Per Capita real

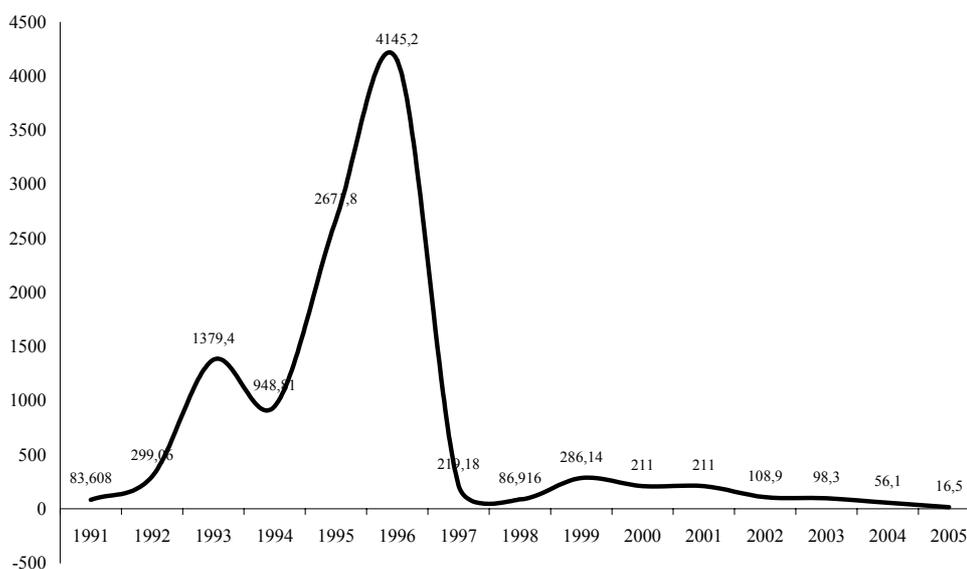


No início da década de noventa, Angola obteve taxas de crescimento do PNB de -23,76%, uma retração brusca da economia. Só voltou a ter incremento positivo em 1994. Desde então seu menor crescimento foi de 3% em 1999 e 2000, e o maior de 14,4% em 2002. Vide gráfico do PNBx PNB per capita de Angola.

O PNB per capita real, na maior parte das vezes, acompanhou as tendências do PNB real com um atraso. A partir de 1997 o produto per capita começou a variar conforme o produto real da economia. É possível que tenha ocorrido alguma mudança nas variáveis que explicavam o crescimento do produto e produto per capita antes de 1997.

Os efeitos da guerra também atingiram os níveis de preços. De 1991-1996 a inflação foi crescente, chegando a patamares de 4145% em 1996. Após essa crise, a variação dos preços estabilizaram-se em torno de 200% ano. O estimado para 2004, segundo dados do FMI, é de uma inflação de 56%, com uma tendência decrescente.

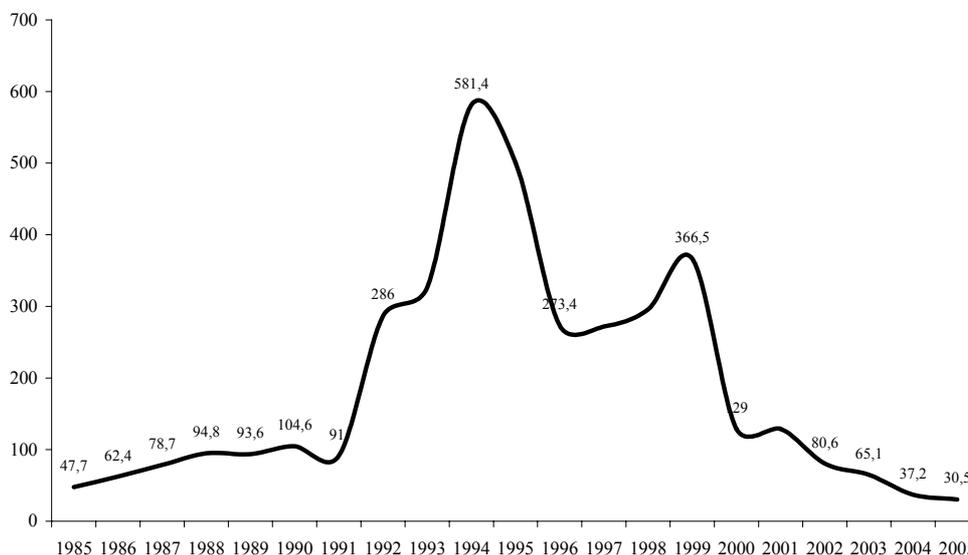
Angola: Crescimento da Inflação (%)



Fonte: Banco Mundial, 2004

Os resultados da guerra também refletiram no déficit externo, que desde 1985 cresceu até atingir em 1994 um ápice de 580% do PNB. Oscilou até 2000, e vem reduzindo progressivamente. Hoje representa 37% PNB.

Angola: Déficit Externo Total (% PNB)



Fonte: Banco Mundial, 2004

Atualmente Angola está em processo de abertura econômica. Segundo o Boletim Informativo do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro, os planos econômicos do país giram em torno do desenvolvimento. O governo vem direcionando esforços para a construção de uma base econômica segura. Investindo na infra-estrutura, incentivando parcerias público-privadas, investimentos externos, ampliação de mercados e qualificação dos indivíduos. Parcerias com universidades brasileiras e portuguesas estão acontecendo. Angola vivencia um momento de restauração política, econômica e social.

Desde a centralização do Estado, as instituições políticas de Angola estão em processo de construção. Contudo não se pode dizer que são estáveis. É necessário avaliar a continuidade desse processo.

Portanto, dentro da análise de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), a estrutura político-econômica de Angola é muito fragilizada e não tem um aparato histórico promissor. O desenvolvimento pode até ser grande por determinado período, mas enquanto não houver instituições eficientes interagindo com boas políticas, ele não será sustentado.

Análise do Capital Humano

Os níveis de escolaridade da África Sub-Saariana é um dos menores do mundo. A taxa de alunos matriculados nos níveis primário, secundário e superior é de 44%. Enquanto que no sul da Ásia, o nível de escolaridade chega a 54%. A América Latina e Caribe representam uma das economias com maiores indicadores de qualificação, 81%. Em seguida está a OECD, com 87%. Esses dados podem ser vistos na tabela a seguir.

Em relação à média dos países sub-saarianos, Angola possui um nível de qualificação muito baixo. Inferior ao dos países menos desenvolvidos.

Indicadores de Qualificação do Trabalho (%)*	2001/02
Angola	30
Países com os menores níveis de desenvolvimento	43
África Sub-Saariana	44
Sul da Ásia	54
Estados Árabes	60
Leste Asiático e Pacífico	65
Europa Central e Oriental e CIS	79
América Latina e Caribe	81
OECD	87

* Taxa de alunos matriculados nos níveis primário, secundário e superior

Fonte: Human Development Indicators 2004 -

Em relação às taxas de alfabetização, Angola também exibe um resultado contraproducente. Segundo dados da UNDP, apenas 42% da população angolana sabem ler e escrever. Enquanto que 63,2% dos indivíduos da África Sub-Saariana são alfabetizados. Para o nível africano, Angola está abaixo da média. Conforme mostrado na tabela abaixo.

Taxa de Alfabetização (%)*	2002
Angola	42,0
Países com os menores níveis de desenvolvimento	52,5
Sul da Ásia	57,6
África Sub-Saariana	63,2
Estados Árabes	63,3
América Latina e Caribe	88,6
Leste Asiático e Pacífico	90,3
Europa Central e Oriental e CIS	99,3

* Maiores de 15 anos de idade

Fonte: Human Development Indicators 2004 - UNDP

Alguns fatores corroboraram para o seu baixo nível de qualificação de Angola. Historicamente, não houve investimento em capital humano. As políticas foram guiadas pelos interesses das elites. Não existiu incentivo para a construção de escolas, ou ampliação da infra-estrutura. A não ser que esse investimento favorecesse os negócios dos grandes grupos. O resultado foi uma sociedade mais pobre, sem acesso ao ensino, assumindo postos de trabalho desqualificado.

Atualmente existem três universidades em Angola, Universidade Agostinho Neto, Instituto Superior de Ciências da Educação e a Universidade Católica de Angola, para doze milhões de habitantes, sendo mais da metade, analfabeta.

Angola está passando por um processo de reconstrução em sua economia. O governo faz parcerias com universidades públicas e privadas de Portugal e Brasil. Com apoio da ONU e UNESCO lançou em 2001 o Plano Nacional de Educação para Todos (PNET), que pretende atingir o nível primário gratuito para todos até 2015.

Conclui-se que em relação a variável capital humano, Angola está bastante atrasada em comparação aos níveis africanos. Os efeitos das suas atuais políticas de investimento em capital humano só serão observados no longo prazo. Com base nos estudos de Lucas (1988) e Sala-i-Martin (1995), esse investime'to em capital humano resultará num crescimento do país no longo prazo.

Análise da Desigualdade

Estudos de Milanovic (2003) observaram que em relação ao mundo, a África é uma das regiões mais desiguais. Comparando os indicadores de desigualdade entre a África, Ásia, e América Latina e Caribe; a Ásia é a região com menor desigualdade, apresentando um índice de Gini de 35,6. O continente africano tem um Gini de 47,1, enquanto que a América Latina e Caribe, 50,5. Segundo dados da UNDP, a África é menos desigual que a América Latina e Caribe.

Em relação à média dos países africanos, Angola apresenta o menor nível de desigualdade. Com um Gini de 40,2, sua situação é próxima a dos países menos desiguais da África, como Madagascar, com um Gini de 38. Esses indicadores são apresentados na tabela a seguir.

Indicador de Desigualdade (1998)	África	Ásia	América Latina e Caribe
Gini (média dos países)	47,1	35,6	50,5
Gini mínimo	38 (Madagascar)	23 (Japão)	39 (Barbados)
Gini máximo	66 (Lesoto)	54 (Papua Nova Guinéa)	60 (Colômbia)
Gini Angola	40,2		

Fonte: *Is inequality in Africa really different?* - Branko Milanovic, pág 7

Em comparação com o mundo, Angola apresenta menos desigualdade do que países como Cingapura (Gini 1998= 42,5), China (Gini 1998= 40,3), Botswana (Gini 1993= 63,0), Rússia (Gini 1997= 40,8) e Estados Unidos (Gini 1997= 40,8)¹.

Aplicando a pesquisa de Milanovic (2003) para identificar os fatores que contribuíram positivamente para a desigualdade em Angola, percebe-se que as condições políticas, a religião dominante e a variável África dummy são candidatos. Angola não tem grande fragmentação étnica, por isso esse termo será descartado.

Na formação de Angola não houve instituições democráticas que limitassem o poder dos grupos dominantes, e assegurassem as necessidades da sociedade. Desde o período pré-colonial, com a escravização e segregação da sociedade, até a guerra civil que se

1 - Fonte: UNDP- Human Development Indicators

estendeu até 2002, aproximadamente, a elite determinou as leis e políticas em função de seus interesses.

Angola tem uma religião dominante, o catolicismo. Implica dizer que mais de 40% da população é católica, e menos de 25 % pertence à segunda religião predominante. Esse menor grupo abrange protestantes (Metodistas, Batistas, Congregacionalistas e Assembléias de Deus), cristãos africanos e cristãos brasileiros. Segundo o estudo de Milanovic, esse diagnóstico contribui para o aumento da desigualdade angolana ².

Aplicando as conclusões de Milanovic, os fatores que reduzem desigualdade são o sistema presidencialista e a alta dependência na exportação de commodities, que no caso de Angola é o petróleo e diamante principalmente.

Depois de analisar o histórico- econômico de Angola e seus indicadores em relação a outros países e regiões, conclui-se que a desigualdade não é um grande problema angolano. Entendendo que o sistema presidencialista, e a produção de petróleo e diamantes são os fatores mais significativos para explicar a desigualdade em Angola.

Análise da Tecnologia e Transferência Tecnológica

O setor de Telecomunicações de Angola é rudimentar. A rede de cabos telefônicos não são suficientes para atender todo o país através do sistema de Exploração Industrial de Linhas dedicadas (EILD). Em relação ao setor de TV, em Angola existem quatro canais televisivos privados de boa qualidade.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento de Angola em 2003, o estágio tecnológico industrial da economia angolana está entre a invenção do motor elétrico e a introdução do automatismo, como o hidráulico e pneumático. A informatização ainda não faz parte da produção.

No início de 2004, durante a Cimeira Mundial sobre o Comércio, na cidade suíça de Davos, a Microsoft anunciou que introduzirá seus produtos no parque industrial e nas escolas de Angola. Enquanto isso, a maior parte da população não tem acesso aos meios de informática básicos, como o Windows, pacote Office e internet.

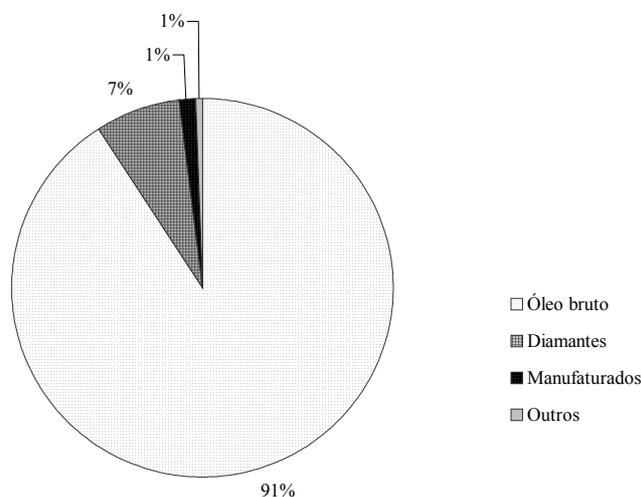
2- Fonte: U.S. Department of State

Diante da análise do capital humano, da estrutura da economia e do desenvolvimento tecnológico, conclui-se que Angola possui tecnologia muito atrasada e desatualizada em relação aos padrões exigidos pelo mercado. Ela não investiu em capital em capital humano, com o avanço tecnológico ficou relativamente estagnada, e fazer inovações tornou-se ainda mais difícil. Com base nos estudos de Romer (1990), o baixo nível tecnológico de Angola influencia negativamente no crescimento.

Estrutura Econômica

Angola é um país com condições propícias para a agricultura, mineração de pedras preciosas, materiais radioativos e petróleo. Possui climas variados, como equatorial, tropical, semi-árido e desértico. Depois da Amazônia, em Angola existe a segunda maior floresta do mundo, Mayombe. Suas riquezas naturais, manerais, a flora e fauna, são os diferenciais do país.

Angola: Exportação em Relação ao Produto (%)

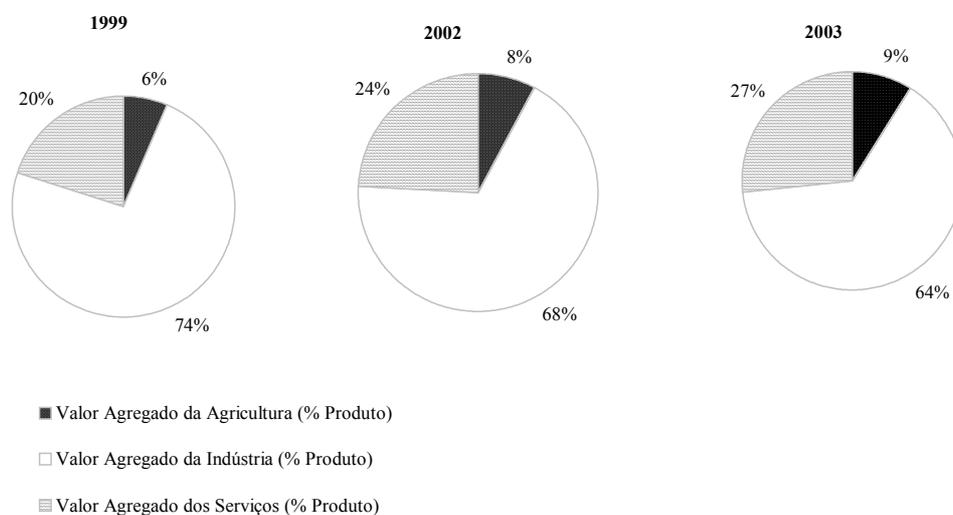


Fonte: IMF e World Bank – Angola at a Glance. 2004

Aproximadamente dois anos antes da guerra civil, sua economia era baseada no setor agrícola, principalmente café. Segundo fontes da Embaixada de Angola no Brasil, entre 1960 e 1973, Angola foi o quarto maior produtor de café. Possuindo uma das maiores ofertas de diamantes do mundo. O minério de ferro e petróleo são também materiais abundantes no país. Nos anos setenta, o petróleo correspondeu a 30% das exportações. Atualmente, representa 91 % das exportações, como pode ser visto no gráfico anterior.

A indústria é o maior setor da economia. Representa mais de 60% do valor agregado de Angola. Em seguida vem o setor terciário, que em 2003 ocupou uma fatia de 27% do produto final. O setor primário é o menos produtivo. Esses resultados estão no gráfico a seguir.

Angola: Setores da Economia

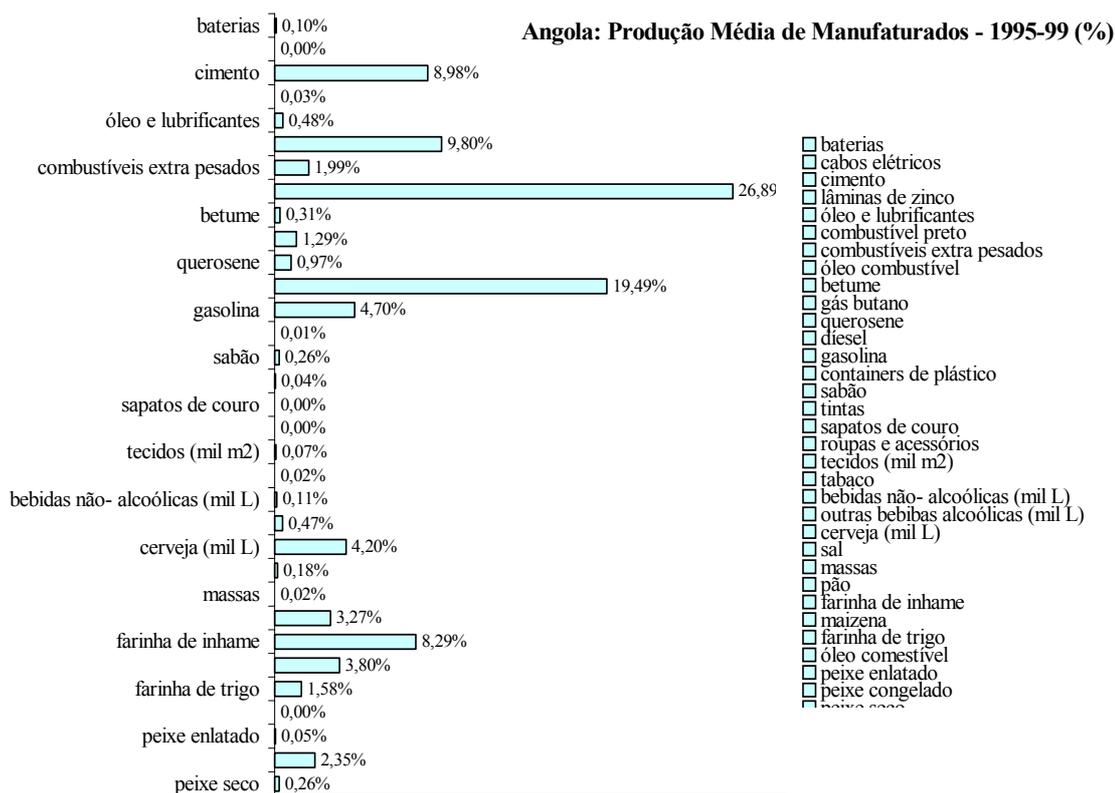


Fonte: World Bank – Angola at a Glance. 2004

Apesar de representar a maior parte da economia, a indústria não é um setor desenvolvido. Tipicamente de países pouco produtivos, esse setor utiliza trabalho pouco qualificado. O capital físico necessário é relativamente simples e de baixo custo, quando comparado ao de empresas de tecnologias mais avançadas.

Mais de 25% da produção de manufaturados está alocada na fabricação de óleo combustível. Quase 19,4% direcionam-se para a produção de diesel. Uma média dos produtos manufaturados de Angola entre 1995 a 1999 é mostrada no próximo gráfico.

O segmento que condiciona o setor industrial como o mais produtivo do país, é o extrativismo mineral, mais especificamente, a produção de óleo e gás liquefeito de petróleo (GLP). Em termos do produto total, esse segmento representa cerca de 61,4% do PNB a preços correntes de 1999, segundo fontes do FMI.



Fonte: FMI -Angola Statistical Annex, 1999

Apesar de o setor primário ser o menos expressivo da economia de Angola, é um dos que mais crescem entre 1995 e 1999. Em seguida está o setor de Construção, que aumentou em média 9%. Enquanto que o maior setor da economia de Angola, o de óleo e GLP, cresceram a uma taxa de 6,94%.

Angola: Crescimento dos Setores da Economia 1995-1999						Média
PNB a Preços Correntes	10,3	10	6,2	3,2	2,7	6,48
Impostos alfandegários	-10	35	5	-30	-10	-2
Agricultura, silvicultura e pesca	21,9	14,7	10,2	5,2	1	10,6
Construção	10	7	13	10	5	9
Água e eletricidade	10,1	0,1	9,5	14,3	1,3	7,06
<i>Óleo e GLP</i>	12	10,4	4,7	3,5	4,1	6,94
Mineração	11,9	10	4,6	3,8	4,3	6,92
Serviços não comercializados	15	20	5,5	0	-7,5	6,6
Comércio e Serviços	7,2	3,8	9,4	5	4,4	5,96
<i>Diamantes</i>	7,9	2,1	3,5	7	5,9	5,28
Manufaturados	-11,4	2,6	9,3	4,9	7,1	2,5

Fonte: Angola: Recent Economic Developments – IMF, 2000

Alguns fatores particulares de Angola são negativos para o funcionamento de empresas. A falta de infra-estrutura adequada, principalmente nos meios de telecomunicação e transportes, conduz a um cenário de ilhas empresariais. Os elevados riscos econômicos, financeiros e políticos, a deficiência do sistema bancário, jurídico e institucional eficiente, as lógicas redistributivas em vez das de acumulação são características de Angola. Em virtude de sua formação política, apoiada em bases da ex-URSS e Cuba, a ideologia comunista ainda é muito presente em todo o Estado. O nacionalismo também.

O país é dependente da indústria extrativa, com o petróleo em evidência. Para o desenvolvimento industrial e acesso à tecnologias mais avançadas, o país recorre ao setor externo. Os principais parceiros comerciais são África do Sul, Alemanha, Bélgica, Brasil, Espanha, EUA, França e Portugal.

O maior comprador externo é os EUA, que entre 1995 e 1999 representou 62,4% das exportações de Angola. Brasil e Portugal são exportadores menores. As maiores importações angolanas provêm de Portugal, África do Sul e EUA.

Exportação entre 1995-1999 (%)						Média (%)
EUA	65,9	58	64,9	63,8	59,5	62,4
outros	10	10,7	11,5	15,6	16,8	12,9
China	3,8	5	13,2	4	8,2	6,8
Taiwan	2,6	6,1	1,7	8,2	7,7	5,3
Alemanha	7	3,1	0,7	1,7	2,4	3,0
França	2,4	2,9	3,9	2,9	2,1	2,8
Espanha	3,3	4,2	1,9	0,8	0,6	2,2
Italia	3,2	3,9	0,4	1,4	1,4	2,1
Brasil	1,2	3,1	0,9	0,6	0,8	1,3
Canada	0,3	2,7	0	0,3	0	0,7
Portugal	0,4	0,3	1	0,6	0,5	0,6

Fonte: FMI - Angola Statistical Annex, 1999

Indicadores Sociais

Antes da guerra civil, Angola possuía uma economia diversificada, sendo um dos países mais desenvolvidos de África. A guerra foi responsável por grandes perdas no capital humano, capital físico e no crescimento econômico.

Alguns lugares, como o estado de Moxico, no leste de Angola, apresentam atualmente, condições de aprendizado precárias. As escolas que sobraram na economia, não oferecem professores, material didático e infra-estrutura suficiente. Esse é um quadro comum em todo o país. Segundo a Embaixada de Angola no Brasil, os estados com melhores condições sócio-econômicas são Luanda (capital) e Benguela.

No setor de saúde há um excesso de demanda por médicos e medicamentos hospitalares. Segundo dados da Embaixada de Angola no Brasil, a medicina estagnou com a destruição do país.

Apesar dos fatores negativos trazidos pela guerra, durante esse período a população de Angola aumentou em média 2,9%. Enquanto que os países menos desenvolvidos do

mundo têm uma taxa de 2,3%. Em comparação à média da África Sub-Saariana e ao resto do mundo, Angola tem um crescimento populacional alto.

Taxa de Crescimento Populacional Anual	1975-2002	2002-2015
Angola	2,8	2,9
África Sub-Saariana	2,7	2,1
Estados Árabes	2,7	2,1
Países com os menores níveis de desenvolvimento	2,5	2,3
Sul da Ásia	2,1	1,5
América Latina e Caribe	1,9	1,2
Ásia oriental e Pacífico	1,4	0,8
OECD	0,8	0,5
Europa Oriental e Central, e CIS	0,4	-0,2

Fonte: UNDP- Human Development Indicators, 2004

A expectativa média de vida dos habitantes de Angola é muito baixa. A África Sub-Saariana tem uma expectativa de 46 anos e Angola, de 40 anos. Angola está abaixo do nível médio de países sub-saarianos. América Latina e Caribe possuem uma expectativa de vida de 71 anos, muito superior à média de Angola. A Tabela abaixo demonstra essas diferenças.

Na pirâmide etária do país percebe-se que 58% dos indivíduos têm até 19 anos, 29,5% estão entre 20 e 44 anos, e apenas 12,5 % são maiores de 45 anos. O indicador da expectativa de vida de Angola reflete que suas condições fito-sanitárias, médico-hospitalares e o desenvolvimento da saúde são muito atrasados.

Expectativa de Vida (anos)	2000-2005
Angola	40
África Sub-Saariana	46
Países com os menores níveis de desenvolvimento	51
Sul da Ásia	63
Estados Árabes	66
Europa Oriental e Central e CIS	70
Ásia Oriental e Pacífico	70
América Latina e Caribe	71
OECD	77

Fonte: UNDP- Human Development Indicators, 2004

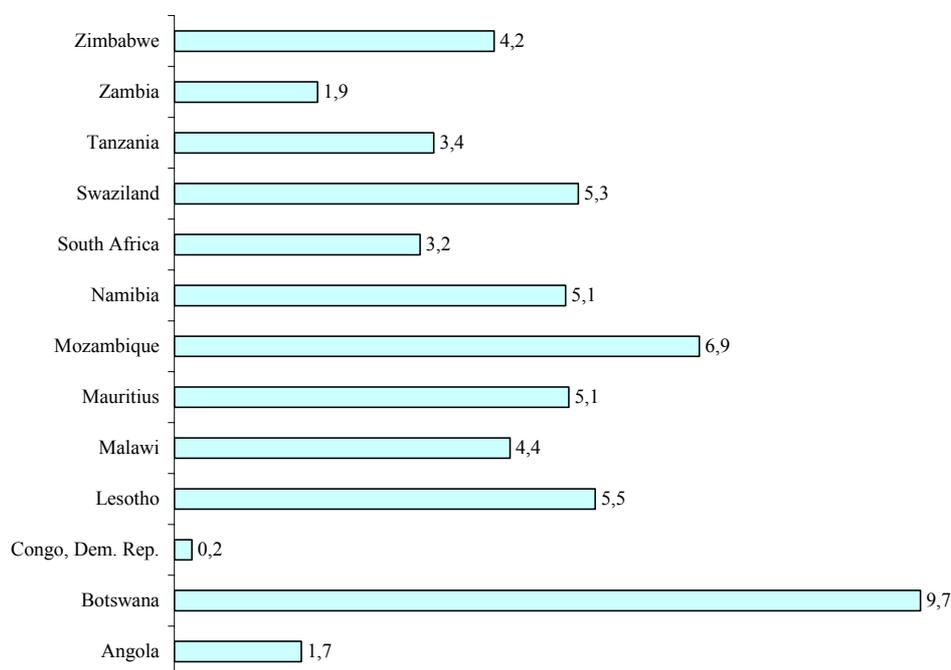
Dentro da pesquisa de Sala-i-Martin (1995), a variável expectativa de vida enquadra-se positivamente no crescimento econômico. Adaptando esse resultado a Angola, entende-se que as deficiências nas condições de vida do país são empecilhos do crescimento econômico.

Análise: Spillovers do Crescimento

Easterly e Levine (1995) sugeriram na sua pesquisa que países africanos vizinhos formassem uma só unidade econômica. Verificou que o crescimento individual de um país africano é positiva e significativamente influenciado pelos crescimentos de seus países vizinhos, o que denominou como a existência de spillovers do crescimento. Com uma integração entre esses países, ou seja, um planejamento fiscal e monetário do grupo, os autores demonstraram que essas medidas teriam resultados maiores no crescimento individual de cada país, do que se cada um agisse por interesse próprio.

Seguindo um processo atual de integração entre os países, diversos grupos regionais foram construídos na África. O SADC - Southern African Development Community – é um deles, formado por treze Estados, procura consolidar uma área de livre-comércio até 2008 e um mercado comum até 2015. O SADC é formado por Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, Swaziland, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Crescimento médio do PNB, 1961-1999 (%)_



Em comparação com o resto do mundo, o crescimento médio do PNB do SADC é bom. O SADC cresce em média 4,5 %, segundo dados do FMI. Ele é maior que o da África Sub-Saariana, que teve um incremento médio de 3,1%. O SADC também ultrapassou as taxas de crescimento dos países desenvolvidos, que é de 3,7%. O crescimento médio do SADC é menor apenas que o do sul da Ásia, Leste Asiático, e Angola, individualmente. Esses resultados são mostrados a seguir.

Crescimento Médio do PNB Real de 2001-04 (%)	
Leste Asiático e Pacífico	6,3
Angola	5,4
Sul da Ásia	4,9
SADC	4,5
Países desenvolvidos	3,7
Europa e Ásia Central	3,5
Oriente Médio e Norte da Át	3,4
África Sub-Saariana	3,1
América Latina e Caribe	1,2

Contudo 64,5 % do PNB do SADC estão comprometidos com a dívida externa de 2004. E a estimativa do FMI é que esse déficit cresça em 2005. Os maiores devedores são República Democrática do Congo, com um déficit de 160% em 2004, Malauí, que deve 157% do seu PNB, Moçambique, com dívida de 102% PNB, Zâmbia, com 106% e Zimbábue, com 90,3%. Apenas Swaziland, África do Sul, Namíbia, Maurício, Lesoto, Botswana e Angola têm déficits externos mais controlados, representando menos de 40% do PNB. Essas comparações estão discriminadas na tabela da próxima página.

O resultado do déficit externo do SADC como um todo, é um entrave para a integração desses países.

Em 2004, a maioria dos países do SADC obteve taxas de inflação de até 6%. Exceto Moçambique, com 13%; Zâmbia, com 18,5%; Malauí com 20%; Angola, com 56% e Zimbábue com a pior de todas as taxas, 350%.

A inflação desses países reflete o planejamento econômico inadequado no seu arranjo político fiscal, monetário, e de demanda. Esse ponto não será aprofundado nesse trabalho por fugir do objetivo principal. As inflações dos integrantes do SADC estão discriminadas na segunda tabela a seguir.

SADC: Dívida externa (% PNB), 1997-2005	1997-01	2002	2003	2004	2005*	Média
Angola	129	81	65	37	30	68,4
Botswana	22	24	18	16	16,5	19,3
Congo, Dem. Rep.	267	192	188	160	151	191,6
Lesotho	71	71	47	43	43	55
Malawi	140	150	165	157	148	152
Mauritius	26,7	22	19	18	17	20,54
Mozambique	130	140	122	102	99	118,6
Namibia	2,2	3	2,3	2,3	2,4	2,44
South Africa	28	30	23	22,7	22	25,14
Swaziland	22	32	28	26	28	27,2
Tanzania	87	56	60	58	52	62,6
Zambia	182	157	128	106	97	134
Zimbabwe	58	20	55,3	90,3	170	78,72

* Estimacões do FMI, Relatório 2004

Fonte: FMI, 2004

SADC: Inflação , 1997-2005 (% aa)	1997-01	2002	2003	2004	2005*	Média
South Africa	6,4	9	6	2,6	6	6
Mauritius	6	6,4	5	4	4	5,08
Tanzania	10	4,6	4,5	4	4	5,42
Botswana	7,8	5,5	4,7	4,5	4,5	5,4
Namibia	8,4	11	7	5	6,5	7,58
Swaziland	8	12	7	5	8	8
Congo, Dem. Rep.	284	25	12	5	5	66,2
Lesotho	7	11	7	6	5,5	7,3
Mozambique	6	17	13,5	13	8	11,5
Zambia	25	22	22	18,5	17,4	20,98
Malawi	28	15	9,7	20	20	18,54
Angola	211	108,9	98,3	56,1	16,5	98,16
Zimbabwe	48,3	140	431	350	450	283,86

** Estimções do FMI, Relatório 2004*

Fonte: FMI, 2004

A partir desses resultados conclui-se que a situação econômica do SADC não é muito promissora. Apesar de ter um bom crescimento da produção em relação ao mundo, quase todo o seu produto está comprometido com a dívida externa. A questão inflacionária também é um obstáculo para a integração, pois dificulta planos de ajuste fiscal e monetário. Os países que já têm uma estabilização mais segura terão que arcar com custos maiores sem ter certeza se os países mais problemáticos economicamente cumprirão suas metas.

Para uma constatação mais segura da viabilidade do SADC, é preciso haver uma pesquisa dentro das instituições dos países integrantes, a fim de perceber se elas são seguras e desenvolvidas o suficiente para manter a integração entre os países.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho foram verificadas as principais variáveis do crescimento econômico. E um resultado surpreendente foi percebido, apesar de Angola ter baixo nível tecnológico e indicadores sociais como a expectativa de vida, escolaridade e alfabetização, abaixo da média sub-saariana, ela é um dos países que mais cresce.

Em relação à desigualdade, outra surpreendente constatação, Angola não tem uma alta desigualdade. Segundo Milanovic (2003), as variáveis políticas, a religião dominante e a África dummy, relacionavam-se positivamente com a desigualdade. Contudo, apesar de sempre ocorrer na história angolana segregação social e uma elite política concentrada, de Angola ser um país dominado pela religião católica, e ser um país africano, tem uma desigualdade similar a países com alto desenvolvimento humano, como os EUA.

As variáveis que poderiam explicar esse baixo desenvolvimento seriam, segundo Milanovic, a alta dependência na exportação de commodities, que como foi vista no trabalho, é mais de 90% e o sistema presidencialista.

Conforme Sala-i-Martin identificou nos seus estudos, a desigualdade de renda tem uma relação negativa com o crescimento. Isso pode explicar em partes o crescimento alto de Angola nos últimos 4 anos.

Nesse trabalho foi concluído que Angola não possui boas condições para o crescimento de longo prazo. Entende-se que o incremento de seu produto atual pode ser explicado pela dinâmica de transição, por ter vivenciado uma guerra civil que durou quase vinte anos, sofreu uma forte retração em sua economia, com inflação chegando a patamares de 4000% ao ano. Por esses motivos a economia angolana distanciou-se ainda mais de seu equilíbrio de longo prazo. Com isso, ela cresce a taxas altas que conforme a literatura ensina, essas taxas irão decrescendo até a economia atingir o seu estado estacionário.

Em relação ao processo de integração, nesse trabalho entende-se que ele não é promissor em virtude das instituições serem fracas, apesar de acreditar que um estudo mais aprofundado pode dar uma certeza maior a esse resultado. Contudo a situação econômica para o SADC não é favorável, apresenta inflação, dívida externa, e riscos

muito altos. É possível que ele seja uma boa iniciativa para futuras políticas desenvolvimentistas.

BIBLIOGRAFIA:

ACEMOGLU, Daron, JOHNSON, Simon e ROBINSON, James - An African Success Story: Botswana, - Department of Economics, Massachusetts Institute of Technology, Julho 2001;

Angola: Recent Economic Developments – IMF Staff Country Report n° 00/111, Agosto, 2000;

Angola: Selected Issues and Statistical Appendix - IMF Staff Country Report n° 03/292, Setembro 2003;

Angola: Statistical Annex - IMF Staff Country Report n° 99/25, Abril 1999;

APPLETON, Simon; TEAL Francis - Human Capital and Economic Development - African Development Bank Group Economic Research Paper- Julho, 1999;

BARRO, Robert; SALA-I-MARTIN, Xavier - Economic Growth - McGraw-Hill, 1995;

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke - Greed and Grievance in Civil War - World Bank Policy Research Working Paper;

DEVAJARAN, Shantayanan; EASTERLY, William; PACK, Howard - Low Investment is not the Constraint on African Development - Outubro, 2002;

DOLLAR, David - Globalization, Poverty, and Inequality since 1980 - World Bank Policy Research Working Paper, Junho 2004;

DOLLAR, David ; EASTERLY, William - The Search for the Key: Aid, Investment, and Policies in Africa - Development Research Group World Bank (data);

EASTERLY, William - Growth in Ethiopia: Retrospect and Prospect - New York University - Center for Global Development, Abril 2002;

EASTERLY, William e LEVINE, Ross - Africa's Growth Tragedy: A Retrospective, 1960-1989 - World Bank Policy Research Working Paper, n° 1503, Agosto 1995;

GASHA Jose Giancarlo; PASTOR, Gonzalo - Angola's Fragile Stabilization - IMF Working Paper No. 04/83, African Department, Maio 2004;

JONES, Charles I.- Introdução à Teoria do Crescimento Econômico - Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro - Rio de Janeiro, editora Campus, 2ªed, 2000;

Jornal do Comércio - "Mais Negócios e Menos Revolução", 25/08/04;

- KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice - Economia Internacional: Teoria e Política. 5ªed, Makron Books - Tradução: Celina Martins Ramalho Laranjeira;
- LIMA, Maria Regina Soares Instituições Democráticas e política Exterior IN Contexto Internacional, vol.22, n 2, 2000, pp.265 a 303;
- MILANOVIC, Branko - Is inequality in Africa really different? - Maio, 2003;
- MORGENTHAU, Hans J. - Politics Among - Alfred A. Knopf, inc.- Fourth Edition 1971;
- Notícias de Angola: Boletim Informativo do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro- Ano 10 - N° 230- 30/07/2004;
- Notícias de Angola: Boletim Informativo do Consulado Geral de Angola no Rio de Janeiro- Ano 10 - N° 232- 31/08/2004;
- Relatório do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - "Angola: Oportunidade Histórica para Conciliação", edição de 24/ 05/ 2002, n° 26;
- Relatório do FMI - Angola: Recent Economic Developments - Novembro 1997;
- Relatório do FMI - Sub-Saharan Africa Regional Economic Outlook - Outubro 2004;
- Revista Africamente - 29/07/2004 - <http://www.africamente.com/africamente/>
- Revista Angola Hoje - Ano 3, n° 15 - Julho/ Agosto de 2004;
- Revista Conjuntura Econômica - Agosto 2004, vol. 58, n°8 –Brasil;
- SALA-I-MARTIN, Xavier.- I Just Run Four Million Regressions – NBER Working Paper Series 6252 - Novembro, 1997;
- SIMIELLI, Maria Elena - Geoatlas - editora ática, 2000;
- Statement by Mr. Jose Pedro de Moraes Junior Minister of Finance of Angola- International Monetary and Financial Committee of the IMF Board of Governors, Dubai U.A.E, Setembro 2003;
- Angola: Country Strategy Paper 2002 /2004 - African Development Bank Group, African Countries- Summing CSP, Julho 2004;
- DAVIS, Lance e NORTH, Douglass - Institutional Change and American Economic Growth - Cambridge University, 1971;
- FERREIRA, Fernando - Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? - Texto para Discussão n° 415 - DEPTO de Economia, PUC-RJ, 2001;

NORTH, Douglass - Transaction costs, Institutions, and Economic Performance - Occasional Papers N. 30 - International Center for Economic Growth, 1992;

OLIVEIRA, João - Texto para Discussão n° 828 - Renda Per Capita, Desigualdades de Renda e Educacional, e Participação Política no Brasil - IPEA, 2001;

African Development Bank

http://www.afdb.org/african_countries/information_comparison.htm?n1=2&n2=0&n3=0 ;

AngolaPress - <http://www.angolapress-angop.ao/especiais.asp> ;

BBC Brazil - www.bbc.co.uk ;

Embaixada de Angola no Brasil – www.angola.org.br

Consulado de Angola - <http://www.radnet.com.br/consuladodeangola/investimentos.htm> ;

História de Angola: <http://www.angola.org/referenc/history/tour0.html> ;

<http://www.refugees.org/world/countryrpt/africa/angola.htm> ;

<http://www.reliefweb.int/w/rwb.nsf/0/ce1e45dab453a98285256d0f006e63ef?OpenDocument> ;

<http://polangol.com/parcerias.asp> .